

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 7.077-B, de 2002, do Senado Federal (PLS Nº 77/02 na Casa de origem), acrescenta o Título VII-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e dá outras providências.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Acrescenta o Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Título VII-A:

"TÍTULO VII - A
DA PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO TRABALHISTA

Art. 642-A. Fica instituída a Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

§ 1º O interessado não obterá a certidão quando em seu nome constar:

I - o inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado proferida pela Justiça do Trabalho ou em

acordos judiciais trabalhistas, inclusive no
concernente aos recolhimentos previdenciários,
honorários, custas, emolumentos ou recolhimentos
determinados em lei; ou

II - o inadimplemento de obrigações
decorrentes de execução de acordos firmados perante o
Ministério Público do Trabalho ou Comissão de
Conciliação Prévia.

§ 2º Verificada a existência de débitos
garantidos por penhora suficiente ou com
exigibilidade suspensa, será expedida Certidão
positiva de Débitos Trabalhistas em nome do
interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

§ 3º A CNDT certificará a empresa em
relação a todos os seus estabelecimentos, agências e
filiais.

§ 4º O prazo de validade da CNDT é de 180
(cento e oitenta) dias contado da data de sua
emissão."

Art. 2º O inciso IV do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21
de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27.....

.....

IV - regularidade fiscal e trabalhista;

....."(NR)

Art. 3º O *caput* do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de
junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. A documentação relativa à
regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso,
consistirá em:

.....

V - prova de inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta dias) após a data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2010.